



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO IV - Nº 57 - 2ª Quinzena de setembro de 1993 - CR\$ 30,00

Fleury joga tropa de choque sobre os professores  
na calada da noite.

O governo peemedebista deve ser responsabilizado  
pela violenta repressão.

A resposta dos trabalhadores em educação deve ser a  
ampliação da luta de massa contra o governo terrorista.

Cabe à CUT, às organizações sindicais e estudantis apoiarem  
efetivamente o movimento grevista.

## **Em defesa da escola pública e gratuita Abaixo o governo criminoso do PMDB**

O governo Itamar põe em marcha um  
novo choque econômico

Mais uma vez os capitalistas descarregarão  
a crise sobre os assalariados

Contra esse novo ataque é necessário sair às ruas num  
grande movimento operário e popular

Em defesa do salário mínimo real, da escala móvel de  
reajustes e emprego a todos

## A INSTABILIDADE POLÍTICA

O governo Itamar não tem conseguido bloquear a desagregação do regime político, marcado por crise sucessivas de governabilidade desde a bancarrota do governo militar de Figueiredo. A remoção de Collor, sob intenso escândalo de corrupção, foi a mais alta expressão dos choques interburgueses, motivados pela crise econômico-financeira e pela política oligárquico pró-imperialista do governo. Da mesma forma que Collor dependeu de uma coligação partidária para governar, tendo por base o PFL, também Itamar se encontra numa posição similar, dependendo da coalizão PSDB e PMDB. Porém, a persistência da inflação e aumento da crise social, bem como da continuidade da diretriz antinacional e antipopular de Collor, têm impedido a coalizão e a centralização do Estado.

O imperialismo exige que se faça profundo retrocesso nas finanças públicas (cortes orçamentários e mais impostos) para se pagar a dívida interna e externa, que consomem grande parte do orçamento da União. Não basta somente descarregar a crise sobre as massas, que em todo caso recebem todo impacto da desagregação do capitalismo. O imperialismo exige um reordenamento estatal que afeta interesses re-

gionais e estaduais, como a cobrança do IPMF, suspensa por mandatos judiciais impetrados pelos governadores e a chamada descentralização, que reduz na verdade as verbas regionais (estaduais, municipais) e aumenta os encargos sociais.

A luta interburguesa em torno da redistribuição tributária tem se agudizado, como demonstra a resistência dos governadores de pagarem o IPMF. A muito custo Fernando Henrique Cardoso conseguiu um acordo de rolagem da dívida dos estados. Ao mesmo tempo em que as esferas estatais reduzem drasticamente os investimentos econômicos, sucateiam também todos os serviços públicos, de saúde, educação, até infraestrutura de moradia.

As massas se mostram cada vez mais descontentes com os ataques constantes às condições de vida e se evidencia para elas a impossibilidade de reformas por parte dos grandes partidos burgueses dominantes. O Plano de Desestatização, a reforma tributária e agora a revisão Constitucional não comparecem como reais soluções para os trabalhadores. Desta forma, os governos burgueses se chocam contra a maioria trabalhadora, que tende a ver no reformismo do PT uma saída, que sabemos ser ilusória.

A possibilidade do PT polarizar as eleições presidenciais de 1994 e o tremendo impasse da política econômica de Fernando Henrique Cardoso tem acelerado a crise do regime político. A brusca tentativa do governador de São Paulo de romper com Itamar expressa a guerra eleitoral já iniciada. O PMDB esteve perto de uma profunda cisão entre governistas e opositores de última hora. O choque no interior do PMDB ainda se processa, sem que se saiba se a divisão é evitável.

Os defensores do Itamar (Pedro Simon) considera uma aventura perigosa o rompimento do Fleury, porque, de um

lado, ameaça a governabilidade, num momento em que setores militares da reserva pregam o golpismo abertamente, e, de outro, desaparece o PMDB da máquina estatal, tão fundamental para se ganhar eleições. Porém, a divisão do PMDB tem outros motivos, principalmente o que se refere à proposta de coalizão eleitoral entre PSDB e PMDB para fazer frente à Lula. Há uma grande pressão para que não se divida força e permita o PT se alçar ao poder, nas condições de profunda crise interburguesa.

O fundamental da desagregação do governo e da política burguesa é que o proletariado se encontra contido pela burocracia sindical cutista e pelo reformismo petista. Isso explica porque a burguesia ainda tem processado a crise política do regime pela via parlamentar e pacífica, sendo as propostas golpistas de Bolsonaro apenas um ensaio de ruptura institucional, que indica uma tendência embrionária da situação.

A denúncia do reformismo, que ilude os trabalhadores e desarma a luta direta independente, e a defesa da luta de massa contra o governo antinacional e antipopular é fundamental. As reivindicações elementares das massas continuam a exercer uma papel primordial para a ação grevista e as manifestações de rua, como demonstra a greve dos professores de São Paulo, que ao se chocar contra o violento governo se torna greve política.

A defesa da Campanha Nacional de luta, tendo por base as reivindicações vitais, e unidade grevista dos movimentos (bancários, petroleiros, professores, etc), se opõe ao eleitoralismo e responde de maneira independente à desagregação do regime político. A investida da revisão Constitucional, ampliando a desestatização e quebra de conquistas sociais, será um poderoso motivo para o combate direto à política pró-imperialista e antioperária dos partidos burgueses.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A  
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO  
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA  
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

NACIONAL



# MAIS UM CHOQUE ECONÔMICO À VISTA

A tendência inflacionária de superar os 35% ao mês e o aumento acima de 40% dos alimentos básicos vêm pressionando o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a aplicar um novo choque econômico-financeiro. A dolarização descartada anteriormente volta a ser uma possibilidade ou então a criação de uma nova moeda lastreada pelo dólar. A unificação cambial do dólar paralelo, comercial e turista é interpretada como a pavimentação do novo pacote.

A crise aberta pela ruptura de Fleury com Itamar aumentou a pressão sobre o PSDB, que comanda o ministério da Fazenda. A intenção de Fernando Henrique era a de esperar o fim da revisão Constitucional para aplicar o choque, mas tudo indica que a agudização da crise política está obrigando a tomada de medidas antecipadas. A dolarização ou criação da nova moeda resulta em confisco dos setores mais débeis da economia e, fundamentalmente, dos salários, uma vez que estão subordinados ao cruzeiro desvalorizado e não podem especular. Sem dúvida a carestia será mais violenta ainda, num país marcado pela pobreza das massas e pela fome. O exemplo da Argentina é contundente. A dolarização simplesmente se traduziu em recessão, sucateamento da indústria nacional e acelerado aumento do desemprego. O país se tornou meramente importador, condição exigida pelas potências imperialistas acoçada pela crise de superprodução e pela guerra comercial. Depois de se dolarizar e desestatizar por completo, a promessa governamental de solucionar a bancarrota econômica se mostrou uma mentira. O país está à beira do precipício com sua indústria baqueada e sem perspectiva de uma retomada significativa do desenvolvimento das forças produtivas. Qual tem sido as novas soluções propostas por Menem? Eliminar os encargos sociais que protegem minimamente os assalariados e alongar a jornada de trabalho, mantendo o mesmo salário achatado.

O paralelo do país vizinho nos serve para vislumbrar o caminho que poderá tornar o Brasil, caso as massas oprimidas não reajam a tempo. A proposta do Ministro do Trabalho Walter Borelli, indicado pelo PT, de acabar com o Fundo de garantia (FGTS) e eliminar todos os encargos sociais, substituindo-os por um imposto de consumo vêm também no mesmo sentido do mais recente Plano Cavallo da Argentina. É parte também do choque a suspensão de conquistas sociais como a aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial dos servidores públicos, fim da estabilidade dos servidores e privatização de tais encargos sociais.

Já há algum tempo o Brasil vem retrocedendo sob o peso da desagregação capitalista mundial. E desde o Plano Collor a burguesia vem fazendo uma verdadeira operação de desmonte, seguindo as exigências do imperialismo, ainda que isto atinja em parte seus próprios interesses de capitalistas, ligados ao mercado interno.

A essência de um choque econômico se concentra a destruição de uma parcela das forças produtivas (quebra e desemprego) e no aumento da superexploração dos assalariados. Nos países semicoloniais assumem o conteúdo de pacotes totalitários antinacionais e antipopulares. Antinacionais porque aumentam o poder do capital estrangeiro e o controle imperialista do país, e antipopulares porque se voltam inteiramente contra as massas oprimidas (confisco salarial, desemprego, expulsão dos camponeses das terras, quebra de pequenos produtores).

## Resposta proletária à crise capitalista

O proletariado é a classe diametralmente oposta à burguesia, pelo papel que ocupa na produção fabril. Sobre ele recai o peso da exploração capitalista. Por isso, é a classe que pode levantar um programa para a crise, oposto ao choque antinacional e antipopular.

É falsa as idéias de que só existem saídas apresentadas pelas frações burguesas, Assim aparece porque ela é a classe dominante. As medidas proletárias atacam o poder do capital explorar, especular e matar de fome.

O ponto de partida do programa proletário é a defesa das reivindicações vitais, ou seja, aquelas que protegem a maioria contra a barbárie da exploração. A bandeira do piso nacional de um salário mínimo de 500 dólares ( 55 mil cruzeiros reais), acompanhado da escala móvel de reajustes da inflação presente é a base para defender a vida da população trabalhadora contra a superexploração e a crise, que geram miséria e fome. Agrega-se a ela a exigência de emprego a todos. O trabalho é a única fonte de sobrevivência do assalariado. O desemprego maciço mutila milhões no capitalismo. O programa proletário responde a esse flagelo com a aplicação da escala móvel das horas de trabalho, ou seja, a redução da jornada de trabalho ao ponto que empreguem todos. Assim, salário mínimo vital e emprego a todos defendem a existência da maioria e golpeia a superexploração.

Mas há outras camadas da população explorada que, por sua condição na produção e organização capitalista, colocam outras reivindicações também essenciais para a luta unificada da maioria. É o caso

dos camponeses miseráveis que aspiram o acesso a terra, altamente monopolizada pela minoria latifundiária. A bandeira de reforma agrária radical, ou seja, que exproprie sem indenização o latifúndio tem expressão na realidade objetiva da opressão capitalista no campo.

É parte da defesa das massas também as reivindicações de ensino e saúde públicos e gratuitos. São milhões que não têm acesso à escola e à saúde. Com a crise, a burguesia sacrifica mais amplamente estes serviços públicos essenciais. Frente à luta das massas por essas necessidades, o governo, os partidos e os capitalistas dirão que a economia não suporta tal plano. Exigirão, pelo contrário, mais sacrifícios, com a promessa de melhorar num futuro que não virá. Neste ponto está a essência do programa proletário: trata-se de expropriar o grande capital nacional e internacional e estatizá-lo integralmente. Sem se arrancar a propriedade dos meios de produção (indústria, terra), do capital financeiro e comercial do controle burguês não é possível dar uma solução à crise favorável à maioria.

A base da economia deve ser transformada através da luta revolucionária. O que implica tomar o poder do Estado e instalar um governo operário e camponês, que exerça a ditadura do proletariado contra a minoria exploradora. O país, sob o governo operário e camponês, pode reagir às pressões desintegradoras do imperialismo e procurar apoio revolucionário no proletariado internacional. Sem esta luta que contraponha as massas à burguesia decomposta, os violentos pacotes econômicos continuarão a esmagar os assalariados.

REVOLUÇÃO



## A luta do partido operário revolucionário

Os adversários da revolução, principalmente os reformistas de esquerda, dizem que tal programa é impossível de se implantar. Para eles, trata-se de apresentar um programa alternativo, que chamam de democrático e popular.

O princípio de tal programa é o de implantar reformas graduais, como o de elevar o salário mínimo a conta-gotas, fazer uma reforma

agrária limitada nas terras improdutivas, renegociar a dívida externa sob bases mais favoráveis ao país, etc. Por ser um programa adaptado ao capitalismo, concebem um governo de coalizão com setores da burguesia, daí ser um governo democrático e popular saído das eleições. Esta posição, no fundo, capitula frente à burguesia e ao imperialismo. Por isso, é incapaz sequer de lutar contra a desestatização. O PT concentra tal política. Os reformistas se prevalecem do fato do proletariado estar atrasado na construção da ferramenta (o partido) capaz de materializar o programa antiimperialista e anti-

capitalista.

As condições objetivas de decadência do capitalismo e as medidas reacionárias aplicadas pela burguesia possibilitam ao proletariado levantar uma resposta programática de transformação revolucionária, entretanto este não poderá fazê-lo senão construindo o partido marxista. O combate da vanguarda contra a ofensiva antinacional e antipopular e à ideologia burguesa consiste em mobilizar a fundo os explorados e trabalhar pela construção do partido operário revolucionário em seu interior.

Nacional

## Opressão imperialista e sangria do país

Toda vez que o governo brasileiro se vê obrigado a rever o acordo da dívida externa deixa transparecer o caráter semicolonial do país e a opressão nacional exercida pelo imperialismo. Frente às negociações que têm prazo de término no final de setembro, o deputado Carlos Lupi (PDT) obteve do governo um dado que evidencia taxativamente esta situação. Entre 1983 e 1992, o Brasil pagou em juros e amortizações 130 bilhões de dólares, cerca de um quarto da produção anual do país. Este valor significa uma média anual de 14,44 bilhões, nos nove anos.

Segundo o relatório do governo, em 1988 o Brasil pagou 13,8 bilhões de dólares de juros, sem contar a amortização (serviço da dívida). Dos 130,1 bilhões pagos, 84,2 bilhões foram para juros e 45,9 bilhões para amortizações. Um outro dado é que, neste mesmo período, os banqueiros internacionais só emprestaram 17,1 bilhões ao país. Neste exato momento, o governo Itamar se prepara para despender mais 4,4 bilhões de dólares para obter um novo acordo com o FMI.

Esta aí uma das razões porque o Brasil semicolonial atrasa cada vez mais em relação às potências imperialistas e desagraja suas forças produtivas. A dívida externa hoje, segundo o governo, é de 110 bilhões de dólares, quando em 10 anos pagamos 13,1 bilhões. Este saque do capital financeiro expõe uma das contradições essenciais do capitalismo que é a da exploração de alguns países sobre a grande maioria, ou seja, a opressão nacional do imperialismo sobre suas semicolônias.

A divisão entre países capitalistas opressores e opri-

midos forma uma unidade estrutural, em que a acumulação internacional do capital se concentra nas potências e empurra as semicolônias para o atraso econômico e social. O imperialismo é o império do capital financeiro, assegurado pelo poderio militar do grupo dos 7 maiores rapinas. A burguesia nacional, ligada à acumulação e ao mercado interno, se mostra impotente frente ao saque de sua irmandade imperialista. Ao manter tal submissão, está obrigada a desagregar as bases da economia interna, a manter o atraso, aumentar a superexploração, perpetuar os milhões de desempregados e potencializar a crise social. Está aí porque dirige sua política econômica contra as massas e a economia nacional (desestatização, abertura pró-imperialista, lei das patentes, etc).

A opressão nacional imperialista forma unidade com a opressão social. O aumento do saque externo das semicolônias incrementa a superexploração e limita as forças produtivas internas, que são parte integrante da economia mundial. Os efeitos estão visíveis: empobrecimento progressivo das massas, enorme exército de desempregados, sucateamento da educação, saúde pública, crise da Previdência, aumento das favelas, proliferação de crianças de rua, chacinas, etc. Eis porque o proletariado levanta a bandeira de não pagamento da dívida externa como instrumento da luta antiimperialista e anticapitalista. Tarefa essa que integra o programa de revolução proletária de emancipação nacional e social do país.

## Privatizações monopolizam aço brasileiro e o colocam nas mãos do imperialismo

O leilão da Açominas, ocorrido no último dia 13, completou a privatização das principais siderúrgicas nacionais. Depois da Usiminas, CSN, Tubarão e Cosipa agora foi a vez da Açominas. O grupo encabeçado pela Mendes Júnior assumiu o controle acionário, adquirindo sem dificuldades as ações da empresa, por menos de 600 milhões de dólares.

Durante a semana, pode-se saber que a compra da Cosipa foi feita com dinheiro emprestado pelo próprio governo, uma verdadeira doação da estatal. Pior ainda, a Usiminas estava por trás da negociata, e desta forma o grupo japonês que a controla acaba ficando com a maior parte da produção de aço no país, um verdadeiro monopólio privado.

As manifestações isoladas e reduzidas aos militantes sindicais e estudantis revelaram-se impotentes para impedir os leilões. Mostraram a disposição do governo em efetivar as privatizações mesmo através da força, mas

faltou-lhes a força que teria um movimento organizado a partir dos trabalhadores das próprias estatais e do movimento operário.

A responsabilidade pela ausência de luta organizada recai sobre as direções do movimento operário, principalmente a da CUT, maior central sindical do país. A política reformista do PT e dos partidos estalinistas, que conciliam com o governo, amordaçou a CUT e a colocou à margem das privatizações, desarmando o movimento operário.

A defesa do estatismo sob controle operário e na perspectiva da luta antiimperialista e anticapitalista não foi feita. Reduziu-se a questão às maracutaias ao redor das privatizações e portanto a protestos isolados.

A política entreguista continua em pé. Vem aí a reforma constitucional e o ataque à Petrobrás. Só um movimento que parta organizado das fábricas pode deter o entreguismo.



## Recuo do PMDB é recompensado com cargos e antecipação do plano

O governador Fleury encabeçou na primeira semana de setembro um movimento no PMDB pelo rompimento com o governo Itamar. Queixava-se de que o PMDB era o principal responsável pela aprovação das medidas de Itamar no Congresso, mas que não ocupava o papel central no governo. Apontava ainda que o controle do PSDB sobre a economia não estava dando resultados, previa um fracasso da política de Fernando Henrique e prevenia contra um inevitável desgaste do partido se continuasse a apoiar o governo encurralado pela crise econômica. Passou a utilizar-se do controle oligárquico dos governadores sobre o partido para pressionar o Conselho do PMDB a aprovar o rompimento. Enquanto os senadores peemedebistas aprovavam em Brasília o apoio a Itamar, Fleury apostou no controle oligárquico dos governadores sobre o partido, organizou uma reunião com alguns deles em São Paulo e chegou à convenção do dia 11 carregado e aplaudido.

Itamar entendeu o recado e ofereceu à legenda mais cargos e vantagens. Quêrcia e Sarney articularam um acordo entre apoiadores e opositores em torno de mais cargos e da promessa da antecipação do plano econômico de Fernando Henrique para reduzir a inflação, que criaria boas condições eleitorais tanto para o PMDB quanto para o PSDB nas eleições do ano que vem. É isso o que Quêrcia quis dizer ao aconselhar Fleury afirmando que não era momento de romper com o governo.

Assim, na mesma semana em que foi carregado e aplaudido na convenção, Fleury teve que engolir o acordão e recuar. Fernando Henrique deu início ao plano, que começa com a unificação do câmbio do dólar. PMDB e PSDB jogam todas as suas fichas na realização de um controle da inflação. Chamaram a Brasília os autores do Plano Cruzado e já iniciaram a contagem regressiva. Enquanto os capitalistas reajustam seus preços bem acima da inflação, os salários vão sendo

corroídos. Quando vier o choque, os capitalistas já terão se prevenido e os trabalhadores sofrerão com o congelamento dos salários.

O PMDB ganhou mais influência no governo, mais cargos para as negociatas e aguarda os resultados eleitorais de um artifício que não conseguirá atacar a crise econômica, só os salários.

Nem a inflação nem o congelamento de salários interessa aos trabalhadores. É preciso preparar a resistência a mais esse ataque contra as condições de vida das massas. A conquista da escala móvel de salários através da luta nacional de massa é a arma para anular essa manobra da burguesia.

## Acordo entre partidos burgueses exclui pequenos partidos das eleições e dá legalidade à influência do poder econômico

A legislação eleitoral para 1994 é extremamente antidemocrática. Primeiro, só poderá lançar candidato o partido que já tiver 15 deputados federais. Ou seja, nenhum partido novo ou pequeno poderá concorrer. Segundo, regulamenta e dá liberdade ao poder econômico para ajudar economicamente seus candidatos. As empresas poderão dar até 2% de seu faturamento para apoio a candidatos. Isso representa fortunas: dois terços do total de salários de uma multinacional automobilística por exemplo.

Recentemente se publicou uma pesquisa que demonstra as fábulas de dinheiro aplicadas nas campanhas eleitorais passadas. Ainda era ilegal esse tipo de doação, mas era fraudada, determinando o resultado eleitoral, que já se contava antecipadamente em dinheiro (cerca de 20 dólares o voto). Agora então o poder econômico poderá fazer tudo às claras, legalmente.

As eleições são controladas pela burguesia em todos os lugares onde ela tem o poder político e econômico. Por mais democrático que seja o país, é através do poder econômico que se decidem as eleições. E sempre se criam

cada vez mais restrições para um partido que não esteja ligado ao poder econômico.

O direito de se apresentar em eleições tem importância para um partido revolucionário porque permite aproveitar o momento eleitoral para denunciar mais amplamente a democracia burguesa e propagandear seu programa. Mas só é conquistado com a pressão das massas mobilizadas contra a burguesia.

Em momentos de aguda crise econômica a burguesia se divide em torno dos interesses e seus partidos entram em crise, chegando até a ruptura. A formação de dezenas de pequenos partidos burgueses expressa a falência dos partidos burgueses tradicionais em se colocarem como porta-vozes das frações burguesas, e o fisiologismo de uma classe decadente.

Para os trabalhadores não interessa a existência ou não dos pequenos partidos burgueses, mas é fundamental a construção de seu partido revolucionário, que deve aproveitar todas as possibilidades legais de intervenção para realizar sua principal função que é a de ligar o programa revolucionário às massas.

Nacional



## Cai o IPMF

Depois de ser aplicado algumas semanas praticamente só sobre os assalariados, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira foi derrubado judicialmente. Foi um duro golpe contra a política econômica de Fernando Henrique

Cardoso, representando uma perda de mais de 400 milhões de dólares por mês que seriam arrecadados.

O FMI anunciou imediatamente que não seria complacente com o governo nas negociações

em curso, já que o imposto era um ponto fundamental no acordo fechado desde o governo Collor para garantir o pagamento dos juros da dívida externa. Fernando Henrique pediu um adiamento das negociações de novembro para fevereiro de 1994. Espera que as outras medidas do plano melhorem a situação da economia e do caixa do governo. Aposta também na reforma constitucional, que deve ampliar os investimentos estrangeiros no país e efetuar uma reforma fiscal, que aumente legalmente os impostos, sem a possibilidade de que recursos judiciais atrapalhem.

A profunda divisão interburguesa é a causa da queda do imposto. É bom não esquecer que as pressões da burguesia já haviam isentado os estados e municípios e as empresas podiam descontar o IPMF do Imposto de Renda.

Cabe às organizações sindicais e populares levantarem a luta contra o aumento de impostos que ainda vêm por aí. É preciso exigir que os impostos sejam pagos só pelos capitalistas, nenhum imposto aos assalariados. E a maneira de conseguir isso é a luta nacional de massa, que deve ser chamada pela CUT.

NACIONAL

## Nova caravana de Lula.

Lula terminou mais uma caravana eleitoral demagógica, chamada Caravana do Extremo Oeste, que desta vez partiu do Acre até Mato Grosso do Sul. Como da vez anterior o objetivo principal foi o de travar uma série de discussões, tendo como pano de fundo a viabilização da candidatura presidencial em 1994.

Como parte desta tarefa e se ligando com a tática do governo democrático e popular, Lula buscou o apoio de pólos em luta, antagonísticos, como garimpeiros, in-

dios, sem-terra, latifundiários da UDR e industriais. Com cada seguimento dos explorados e dos exploradores fez promessas programáticas. Lula diz a todos que apóia as suas reivindicações, mas na verdade busca simplesmente a caça ao voto, do mais oprimido até os opressores da UDR, como faz qualquer político burguês. Está aí a corrupção dos reformistas, que para chegarem ao poder mentem e se vendem à burguesia.

## A Volta da Linha Dura

No dia 2 de setembro, em Curitiba, Oficiais da Reserva do Exército, do auto denominado Grupo Araucária, soltaram seu terceiro Manifesto, onde colocam que o Congresso Nacional é um lugar de delinquentes, corruptos e vadios e que os congressistas são pseudo-representantes do povo. Afirmam que as forças armadas poderiam intervir no país em caso de crise institucional, justificando que o barril de pólvora está carregado, o rastilho quase pronto e, em breve, só faltará alguém riscar o fósforo.

O surgimento deste grupo não é um fato isolado e está em confluência com o aparecimento de outros grupos reacionários em outros estados. Apesar de no momento encontrarem-se isolados, começaram a se ar-

ticular, com objetivo de incentivar a via golpista.

Estes grupos têm lançado propostas que vão que vão desde o lançamento da candidatura do Brigadeiro Ivan Frota para as presidenciais até a formação de grupos paramilitares, como a Guarda Mirim, no Amazonas, e os de extermínio.

A direita golpista se aproveita da própria corrupção burguesa, evidenciada no Parlamento e no Executivo, para argumentar a favor da volta da ditadura militar, cuja função é de combater a luta das massas e preservar a mesma burguesia decomposta. É necessário que o movimento operário esteja atento à formação destes grupos e comece a formar os Comitês de Autodefesa.

## A soberania da Amazônia

O governo Itamar criou o Ministério da Amazônia para assegurar sua soberania. O imperialismo cobiça suas riquezas minerais, entre elas o urânio. As reservas amazônicas, sem dúvida, são um patrimônio estratégico de interesse internacional. Há tempo as potências pretendem limitar o controle brasileiro e influenciar mais diretamente na região. Os militares nacionalistas vêm reclamando da falta de condições para vigiar e defender a sua soberania, que no futuro poderá ser ameaçada mais seriamente. Eles conhecem bem os planos estratégicos intervencionistas do Pentágono.

Frente às previsões sombrias da crise mundial, não é absurda a hipótese de crescer mais à frente a pressão das potências em torno da Amazônia. Ali está uma fonte riquíssima para novos saques, esgotadas as possibilidades atuais de exploração.

Entretanto, a criação do Ministério da Amazônia não passa de demagogia de Itamar e de interesses corporativos mesquinhos dos generais.

Não existe a soberania da Amazônia à parte da soberania do Brasil e esta está sendo sacrificada pelo governo burguês, através da desestatização, de favorecimento maior às multinacionais e submissão à política antinacional do FMI. Também a burguesia não pode defender a soberania quando oprime as nações indígenas, ao ponto de conduzir ao massacre dos Ianomânis.

A defesa da soberania passa pela luta de independência nacional e rompimento dos laços semicoloniais que submetem o Brasil à ordem mundial imperialista. Esta tarefa democrática só pode ser resolvida pela revolução proletária, sem a qual a burguesia entregará mais e mais o país às potências.



# Movimento contra o desemprego

No dia 30 de agosto, se realizou uma passeata dos desempregados saindo da Rua Barão de Itapetininga e dirigindo-se ao DRT. Esta manifestação mostrou toda a radicalização dos desempregados, significando o desespero por não ter o direito mais elementar nesta sociedade capitalista: o de trabalhar.

No ato feito à frente das Agências de Emprego, os manifestantes queriam até queimar as papelotas das Agências. Em frente ao DRT vários operários usaram a palavra e o descontentamento é grande, pois os capitalistas estão barbarizando em cima do flagelo do desemprego.

O movimento conseguiu agendar uma reunião com o delegado do DRT. Porém para se tornar massivo é necessário estruturar comitês em todos os sindicatos, bairros, e associações. Estes organismos de luta deverão se tornar uma expressão consciente e responsáveis pela unidade dos desempregados e empregados.

As direções sindicais vêm atuando como aliadas dos patrões e do governo, pois não se colocam do lado dos operários de forma concreta. Isto é, ignoram os desempregados deixando-os isolados dos trabalhadores da ativa e não organizam um movimento unitário contra o governo que entrega a economia nacional ao imperialismo. Dessa forma, permitem também a destruição física de grande

parte da classe operária. Estas direções sindicais só se preocupam com os operários quando estão nas condições de pagar mensalidades e impostos sindicais. Quando os operários mais precisam, viram as costas. Está aí mais um motivo para varrer dos sindicatos as direções, que anulam a função essencial dos sindicatos, ou seja, a defesa das condições de trabalho, salário e emprego.

Eis porque defendemos a formação das frações revolucionárias na base de cada categoria, com o objetivo de se estruturar as oposições sindicais verdadeiramente classistas e capazes de dirigir a luta anticapitalista.

## A luta contra o desemprego é uma tarefa essencial de todos aqueles que se reivindicam da classe operária

Pelo fato do movimento operário estar sob o controle da burocracia sindical, suas necessidades elementares têm sido anuladas. Haja vista o desemprego crescente, o arrocho salarial e a terceirização.

Contrariamente, aos métodos defendidos pela burocracia sindical reformista e direitista (conciliação de classe), levantamos a ação direta das massas, no sentido de impulsionar o movimento nacional

pelo emprego e salário mínimo vital a todos.

Os reformistas, que dirigem a CUT e grande parte dos sindicatos, têm se dedicado ao falatório demagógico da Campanha contra a Fome e lamentações das chacinhas, etc, mas são incapazes de defender o emprego e o salário real, como a única forma de fato para combater a pobreza, a marginalização de menores, etc.

Cabe a todos aqueles que se reivindicam da classe operária assumirem decididamente a luta contra o desemprego e a fome que assolam o país. Este é o ponto de partida para a luta das massas amadurecerem politicamente e criar as condições para a supressão da exploração do homem pelo homem através da revolução proletária.

Organizemos os comitês de luta contra o desemprego!

Reforcemos os já existentes!

NACIONAL



## O que é o direito a cidadania?

A burocracia sindical tem feito uma campanha pelo chamado direito à cidadania. Este é um conceito burguês liberal introduzido no movimento operário de fora para dentro. Os burocratas pretendem dar a idéia que se trata do direito de todos comerem, terem empregos, estudarem, morarem dignamente e cuidarem da saúde. Também colocam para os operários o direito universal do voto, em que se iguala os capitalistas e os trabalhadores.

Logo vemos que se trata de uma forma para enganar o proletariado e os oprimidos em geral. No capitalismo, os operários não passam de força de trabalho para ser explorada até a última gota de energia pelos patrões. Sequer o direito elementar de vender a sua força de trabalho no mercado existe, uma vez que quem decide é o patronato e também não existe emprego a todos. A existência crônica de um amplo exército de desempregado é a prova mais evidente da inexistência do direito do operário vender seu trabalho.

Quem decide a política econômica e salarial são os capitalistas. E estas vêm sempre no sentido de aumentar a taxa de exploração, o que se traduz em aumento da fome e da miséria. Os burgueses são os únicos que têm o direito de comer do bom e do melhor e levarem uma vida de luxo. Não há nem o que dizer sobre o direito dos operários estudarem até o nível universitário. Quando muito uma minoria de filhos de operários chega a cursar o segundo grau. E não é por acaso que o analfabetismo é um mal crônico, que tem como causa a exploração e a pobreza dos trabalhadores.

Os capitalistas têm os meios de produção e concentram toda

a riqueza produzida pelas massas em suas mãos. O direito de cidadania se assenta no direito burguês da propriedade privada, apropriação individual da produção e exploração do trabalho. Por isso também o direito de voto da democracia burguesa representativa, onde cada pessoa vale um voto independente de sua condição de classe, serve para perpetuar o regime burguês.

A burocracia sindical se utiliza desta arma, porque desenvolve uma política de conciliação entre capital e o trabalho. Pretendem que a classe operária substitua a luta de classes pela democracia burguesa e pelas negociações de cúpula com o patronato. Rejeitamos e denunciaremos essa linha de traição aos princípios operários. Defendemos o método da ação direta contra os exploradores e nos colocamos no campo da democracia operária, para conquistar posições de independência de classe frente à burguesia. Diferentemente dos reformistas, defendemos a estratégia da revolução e ditadura proletárias que de fato levarão a coletivização dos meios de produção e a apropriação coletiva das riquezas produzidas. É nisto que se fundamenta a extinção das classes e portanto a igualdade entre homens livres.

# Burocracia sindical contém o ascenso grevista

## É preciso unificar os movimentos

O refluxo do primeiro semestre vem sendo superado com as greves da saúde, educação, servidores federais e setores fabris. A greve dos professores têm assumido caráter de massa. projetando grandes manifestações de rua contra os governos estaduais. Os bancários estavam com a greve nacional engatilhada, quando a Federação dos Bancos utilizou-se de uma manobra para evitá-la, contando com a colaboração da direção sindical burocrática. Os petroleiros estão em campanha e se defrontam com a privatização da Petrobrás, que será gestada na revisão Constitucional. Nos próximos dois meses, metalúrgicos, químicos, papel e papelão, etc estarão em campanha salarial.

A burguesia e o governo temem um novo surto grevista, como o

ocorrido sob a gestão de Sarney. A segurança de que a tendência grevista será quebrada depende fundamentalmente da burocracia sindical corrompida e adaptada ao Estado burguês. Esta joga com o argumento de que as perdas foram integralmente recuperadas com o reajuste mensal dado pelos ramos fundamentais de produção, o que é uma farsa. O reajuste da inflação passada impõe perdas e a nova política salarial continua a esmagar os salários. Além disso, as faixas salariais são diferenciadas, a ponto de determinadas camadas serem mais sacrificadas, como ocorre no setor metalúrgico.

Acontece que a burocracia de conjunto adotou o sindicalismo de negociação, defendido pela Força Sindical direitista, contrário ao sindicalismo de luta de classes. A declaração do dirigente Armando Lima, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão, comprova esta orientação pró-patronal. Diz: "As negociações estão difíceis, mas acho mais fácil chegar a um acordo do que falar em paralisação".

É claro, os capitalistas sabendo disso se aproveitarão da desmobilização para impor seu acordo. É nesse mesmo sentido

que Paulo Pereira do Sindicato Metalúrgico de SP explica: "A relação entre capital e trabalho avançou muito e pode conter os movimento grevistas". O que de fato vem acontecendo é que a burocracia sindical corrompida tem submetido os sindicatos as migalhas e impossibilitado que o descontentamento do proletariado se manifesta livremente. O patronato tem demitido amplamente, introduzido a terceirização e rebaixado os salários impunemente, porque os burocratas vendidos colaboram descaradamente. Não houve avanço algum de concessões da burguesia e seu governo. Pelo contrário, nunca a fome e a miséria cresceram tanto. A verdade é que o capital vem esmagando o trabalho, graças ao bloqueio das greves e da tendência das massas se unificarem nacionalmente.

Vivemos um momento de agitação no meio operário devido ao descontentamento com o arrocho, mas que não encontra o canal de expressão política. É necessário que a vanguarda consciente denuncie este bloqueio burocrático pró-capitalista e defenda a bandeira de unificação grevista contra a miséria e a fome.

## Contag: saque organizado horroriza a burguesia

A declaração do presidente da Confederação dos trabalhadores da Agricultura (Contag) de que os sindicatos rurais do nordeste deveriam organizar os saques para defender os flagelados da seca movimentou o governo Itamar. O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, logo iniciou pressão junto à Contag para contornar a declaração de Francisco urbano. E concluiu: "O que urbano está querendo é provocar um fato para chamar a atenção para o problema da fome no Nordeste e está conseguindo, porque nós vamos discutir amplamente o programa de Ação Permanente para a região que ele nos apresentou".

O próprio presidente da Contag também correu a explicar que seu objetivo era evitar a violência do conflito inevitável dos flagelados com os comerciantes e li-

var o pequeno comércio dos saques. Assim, a Contag não se propunha incentivar os saques que ocorrem nas condições de fome. Evidenciou que se tratava de disciplinar os saques, que "naturalmente" ocorrem porque não há outro meio de sobrevivência aos camponeses famintos.

Eis porque o ministro Maurício Corrêa não viu razão para "processar" o sindicalista. Mas os jornais burgueses lembraram o fato da Contag ter organizado a ocupação da Sudene, em Recife, no início do ano, fazendo reféns, com o objetivo de obter uma audiência com o Presidente da República. A burguesia sabe que a direção da Contag não passa de uma burocracia acomodada e inofensiva aos interesses dos latifundiários nordestinos. Entretanto, sabe também que os milhões de famintos, impulsionados pelo flagelo da seca, são uma força revolucionária, que não pode encontrar incentivo algum para ações coletivas. Mesmo no caso dos saques que são manifestações momentâneas de desespero.

O receio da burguesia é que os camponeses possam avançar os limites do imediatismo da sobrevivência e colocar às claras a raiz do flagelo, que é o domínio do latifúndio sobre milhões de minifúndios e trabalhadores sem terra. Está provado que a seca não faz outra coisa senão agravar o quadro da crise social nordesti-

na. A intempérie tem a virtude de expor o atraso capitalista da agricultura do Nordeste, limitada pelos imenso latifundiários subprodutivos e pelos milhões de minifúndios, que sequer asseguram a sobrevivência da família camponesa. Ao mesmo tempo, as manifestações de miséria coletiva e saques fazem vir à tona a tremenda corrupção da oligarquia que se utiliza dos projetos da Sudene para desviar milhões de dólares. Eis porque o governo teme a incapacidade da Contag de disciplinar os saques, que podem se transbordar em luta política mais geral contra os latifundiários e o próprio Estado.

Os sindicatos rurais devem sim organizar os saques como recurso de defesa dos famintos. Alimento existe de sobra no país, mas serve aos negócios lucrativos. A ponto do governo se dar ao luxo de deixar apodrecer toneladas de feijão, arroz, etc para manter os preços em alta. Mas o principal da luta não são os saques, mas a organização do movimento camponês e do proletariado agrícola para expropriar os latifúndios, levantando a bandeira de nacionalização das terras e reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Esta luta permitirá atacar a causa do flagelo da seca e colocar a unidade operária e camponesa da cidade e do campo contra o bárbaro capitalismo putrefato,





## Ministro dos capitalistas ataca os assalariados

O Ministro do Trabalho, Walter Borelli, mostra sua verdadeira face de lobo. Durante muito tempo, à frente do Departamento Intersindical de Estatística (DIEESE), aparentou defender o trabalho contra o capital. Ao integrar o governo de Itamar, por indicação de Lula, passou a cumprir seu verdadeiro papel de agente da burguesia, mantendo a política salarial de arrocho. Agora, vem fazendo uma campanha para extinguir os encargos sociais, como FGTS, aviso prévio, etc. Em seu lugar propõe um imposto sobre o consumo para sustentar a Previdência. O Ministro dos capitalistas considera uma grande justiça todos pagarem no ato do consumo, igualando um burguês com um mendigo. Olhem só o que diz: "Todo imposto é bom quando é universal e o imposto sobre o consumo é universal, até o mendigo quando for comprar um pedaço de pão estará pagando o tributo"

(Diário Popular). Existe alguma coisa mais miserável do que esse raciocínio? Um mendigo compra um "pedaço de pão" e paga imposto como o Sr. Antonio Ermírio de Moraes, quando compra um pão inteiro.

Fora Borelli sem vergonha! Nada de favorecer os capitalistas! Que nenhum assalariado pague imposto! Todo imposto deve recair sobre os exploradores do povo!

### O que propõe o advogado da CUT?

Se o Sr. Borelli é um capacho da burguesia industrial, a direção da CUT, representada pelo seu advogado, é um capacho dos banqueiros.

Porque dizemos isso? Porque a proposta apresentada pelo advogado foi a de colocar o Fundo de Garantia sob o controle dos bancos privados. Como se retirar da

Caixa Econômica fosse resolver o problema dos desvios.

O FGTS foi obra da ditadura militar, que pôe fim à estabilidade no emprego, substituindo-a por esse malfadado seguro. Todos os governos o utilizam para falcatruas. Agora, com a proposta de sua extinção a CUT pretende repassá-lo para os banqueiros ganharem mais ainda. A posição dos sindicatos deve ser bem outra, ou seja, lutar pela estabilidade no emprego, pelo fim do imposto sobre os assalariados e pela ampliação dos encargos sociais, que devem ser pagos apenas pelos patrões.

Movimento Operário



## Têxteis de São Paulo

### Ou a categoria se mobiliza ou não haverá campanha salarial.

A assembléia inicial do dia 12/09 não serviu para impulsionar a Campanha Salarial, mas para impor a desmobilização.

A diretoria traidora se empenhou ao máximo para que nesta assembléia não aprovasse nenhum encaminhamento de luta ou de mobilização da classe. Começou com a leitura da pauta de reivindicações que será entregue à patronal e encerrou logo em seguida.

Entre os pontos colocados estavam o piso de CR\$ 50.000,00 em novembro, quando o salário mínimo real será de aproximadamente CR\$ 94.000,00, o fim da terceirização no setor produtivo, não se importando com a terceirização que está ocorrendo a passos largos na categoria ( nos restaurantes, segurança, manutenção civil, etc.). O aumento real de 20% pelo que falaram na assembléia será usado como fator de negociação, o que quer dizer dar margem de manobra para a burocracia barrar a luta recebendo em troca migalhas.

A diretoria joga com o atraso da classe para quebrar a democracia operária e impedir que na assembléia se abra a palavra para o plenário, impossibilitando a discussão sobre as formas de mobilização.

Em seguida, a direção encerrou a assembléia sem marcar outra e não elaborou um plano de mobilização da campanha.

Para a oposição ficou claro que a diretoria não quer levar esta Campanha Salarial à frente e que pretende unicamente selar um acordo com a patronal por cima dos trabalhadores, para se apossar do desconto assistencial que será neste ano novamente de 16%.

A oposição coloca a necessidade impulsionar a Campanha Salarial e para isto é imprescindível todo um calendário de lutas, assembléias, de mobilização quinzenais, formação do Comando de Mobilização eleito nas fábricas, passeatas, mobilizações no centro da cidade, etc.

## II CONGRESSO DO SINTSEF : Duas teses antagônicas

Nos dias 8, 9 e 10 de setembro se realizou o II Congresso do Sindicato dos Servidores no Estado do Ceará (SINTSEF), em Fortaleza. Ocorreu na situação de ameaça de extinção da estabilidade e aposentadoria especial do funcionalismo

pela revisão constitucional. Duas teses foram apresentadas: a da direção do sindicato, composta por uma frente do PLP com petistas, e da dissidência expressa por um militante da TPOR.

Se havia pontos comuns, como a defesa da campanha nacional de luta e rompimento da CUT com o colaboracionismo, havia entretanto diferenças intransponíveis, como o da estratégia do governo revolucionário dos trabalhadores, da tese da diretoria, e o do governo operário e camponês da tese oposicionista.

Uma outra diferença fundamental era o da clara luta antiimperialista e defesa do estatismo da tese "Por uma Corrente Proletária no Serviço Público Federal" (oposicionista) e a sua completa omissão na tese "Por um Sindicalismo Revolucionário", que por essa razão tornava inconsequente a análise do neo-liberalismo e a defesa da luta anticapitalista. Sem uma clara definição da opressão nacional e sua manifestação concreta no país (e no mundo) não se pode traçar uma linha de ação

contra a ofensiva neo-liberal de descarregar a crise sobre as massas e aumentar o poder do capital metropolitano. Sem isso não se pode potencializar a luta nacional e de classes da maioria contra a minoria exploradora.

A tese oficial do sindicato se mostrou nula nesse ponto central. Eis porque não foi capaz de capacitar politicamente o Congresso para levar os trabalhadores a reagir contra a reação neo-liberal que agora se manifesta na revisão constitucional.

### A burocratização do congresso

A despolitização marcou logo de início o congresso ao se mutilar a exposição das duas teses, dando a elas apenas 10 minutos de apresentação e 5 de defesa. A posição majoritária da diretoria era sabido de antemão, por isso tratou-se de cercar a expressão da oposição. Foi um ato típico da burocracia sindical politicamente corrompida. Em seguida, veio a questão da tese guia. O representante da Corrente Proletária propôs que não se utilizasse desse malfadado critério burocrático e que as duas posições fossem para os grupos, que depois em plenário votaria a majoritária e minoritária. Impôs-se a tese guia, objetivando existir a contraposição das teses. Os burocratas se utilizaram que era muito tempo de discussão dar 20 minutos de apresentação e 10 de defesa, entretanto, deram em seguida 2 horas para os palestrantes, Prof. Teixeira (UECE) e o senador Cid Carvalho, que só defenderam posições parlamentares burguesas. Para quem elaborou a tese e apresentava um caminho de luta não havia tempo, mas para um representante do parlamento corrompido a palavra estava livre. Estes fatos iniciais marcaram o restante do II Congresso, que não pôde se politizar e se colocar à altura dos acontecimentos.

### Nossas críticas ao PLP

A tese oficial foi redigida pelo PLP e assinada por inconfundíveis burocratas.

Esta foi uma frente de caráter claramente aparelhista e oportunista. Não basta dizer que foram os burocratas que seguiram o PLP e não este a eles. Isto é um engano, pois os reformistas se alinharam com o PLP na luta contra a tese que apresentava uma clara posição de luta anticapitalista e antiimperialista, expondo sem subterfúgio a estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Por mais que tentássemos corrigir a cisão da Frente Revolucionária, foi impossível, dada a aliança do PLP com um setor da burocracia. Nem mesmo o acordo de se votar contra a tese guia foi cumprido pelo PLP, pois sua representante se absteve na votação. Isto expôs os compromissos aparelhistas. Sabemos que essa é uma crítica dura aos companheiros que integram conosco a Frente Revolucionária, mas os marxistas não obscurecem a verdade.

### As tarefas

Foi sem dúvida importante a representatividade do Congresso dado o número de delegados (mais de 300). A ofensiva do governo contra os servidores e os trabalhadores em geral colocará os verdadeiros problemas que o II Congresso passou por cima.

Trata-se de atuar defendendo a campanha nacional de luta e o método da ação direta, bem como a unidade com o proletariado. Por outro lado, foi revelada a fraqueza do trabalho revolucionário que não logrou avanços organizativos que pudessem elevar a importância da tese oposicionista, o que facilitou a burocratização e despolitização. É necessário começar a formar a Corrente Proletária nos Servidores Federais como uma fração revolucionária, capaz de vir a contrair uma direção classista e antiburocrática, apoiada no programa. Esta corrente se implantará se formos capazes de defender a fundo as reivindicações, organizar a ação direta e elevarmos o combate econômico para o combate político anticapitalista e antiimperialista.

## Agrava a situação dos trabalhadores de Cotia

O atraso dos salários na CAC tornou um inferno a vida dos trabalhadores, agravado com o tremendo rebaixamento dos vencimentos. O Sindicato convocou a greve na sede central do Jaguaré, mas não com a finalidade de defender o emprego e os salários e sim para sensibilizar os bancos credores a arranjar fundos para resolver a crise da CAC.

Esta política foi responsável pela ausência de lutas nas demissões no setor de adubos, quando se argumen-

tou que não havia outra coisa a fazer senão assegurar os direitos sociais. Está evidente que os atrasos e o arrocho são meios de proteção à Cooperativa falida pelos grandes capitalistas e pela corrupção. Também interessa aos bancos utilizar ao máximo os atrasos e a defasagem.

É necessário que os trabalhadores não se deixem enganar, pois virão cortes profundos com a terceirização. É necessário organizar a resistência grevista, prevendo um movimento radical de ocupação da CAC.



## Bancários:

### Uma manobra para quebrar a greve nacional

No momento em que se realizava a assembleia para decretar a greve, a burocracia sindical comunicou que a Fenaban havia melhorado sua contra-proposta, elevando os pisos para 41 mil e 32 mil cruzeiros reais e a ajuda alimentação para 400 cruzeiros. Isto foi o suficiente para se desarticular nacionalmente a greve.

Nem bem isso ocorreu, alguns banqueiros comunicaram que não conheciam tal contra-proposta. A assessoria de imprensa da Fenaban esclareceu que continua valendo a proposta do dia 9, ou seja, piso de 38.400,00 e 29.800,00 e a ajuda alimentação de 345,00. A burocracia irresponsável e de má fé se utilizou do jogo da Fenaban para romper o movi-

mento. Agora, corre-se o risco de se quebrar a unidade nacional dos bancários e até regional.

Novas assembleias estão sendo convocadas e no comando já se discute a negociação banco a banco, num claro sinal de traição à luta. Por outro lado, os bancários do Rio podem ir para a greve isoladamente. Inclusive, já se cogita campanhas separadas dos bancos particulares dos estatais, como o Banco do Brasil.

Está aí um exemplo de como a burocracia sindical pode derrotar uma greve sem que haja qualquer luta. Na direção dos sindicatos dos bancários se encontram os reformistas do PT e dirigentes da CUT

(Gilmar Carneiro).

Os banqueiros têm lucrado horrores, como demonstram os balanços, no quadro de tremenda crise. E os burocratas cagões ainda os ajudam a manter a brutal exploração do trabalho. Devemos nos opor a quebra do movimento unitário, exigindo reconvocação das assembleias para decretar a greve e levantar a bandeira de apuração de responsabilidade da direção por sabotar o movimento.

### Governo combate a greve com métodos terroristas

A greve do magistério paulista já dura mais de um mês. Contrariamente às greves dos últimos anos, esta atingiu 90% da classe, o que significa mais de 200 mil educadores paralisados. Desde a primeira manifestação de rua, o governo tentou quebrá-la com a força militar do Estado. Fleury age totalitariamente sobre o movimento, utilizando da repressão para bloquear as ações contundentes dos professores. Foi assim na Paulista, no Palácio e na Secretaria da Educação.

Os métodos fascistas utilizados pelo governo do PMDB não têm acovardado os educadores. Ao contrário, têm contribuído para avançar no número de grevistas e na assimilação de formas mais radicalizadas de luta.

A posse do novo secretário da Educação, Carlos Estêvam Martins, veio seguida de uma cortina demagógica de que se iniciariam as negociações. Em poucos dias isso se desfez e novamente Fleury colocou o aparato militar sobre os docentes para derrotar a greve.

Como se vê, o PMDB que há anos governa o Estado de São Paulo, contribuiu para o sucateamento da escola pública e para mais brutal arrocho salarial, é obrigado a utilizar os métodos terroristas para quebrar a radicalização do movimento grevista. A unidade e a politização da classe são fundamentais para derrotar a truculência de Fleury. Por isso, há que responsabilizar claramente o partido de Fleury pela repressão, ampliando com isso as suas contradições internas, pois há uma ala do partido (com interesses eleitorais) que critica a utilização desses métodos fascistas sobre os educadores. Nesse sentido, as bandeiras de Fora o PMDB! Fora Fleury assassino do Carandiru! Abaixo a repressão militar do governador do PMDB! contribuirão para acirrar o desgaste do governo do PMDB.

O PMDB, através de Fleury, está cumprindo os objetivos da política neoliberal, imposta pelas potências imperialistas. Particularmente na educação significa ar-

rochar salários e sucatear ainda mais a escola pública, através dos cortes de verbas. Para implantar o neoliberalismo é necessário quebrar toda resistência dos trabalhadores. Por isso, utiliza o aparato militar do Estado para impedir a radicalização das greves. Não pode dar nenhuma trégua aos movimentos grevistas. A punição exemplar a massiva greve dos professores é imprescindível para que não proliferem as ações dos trabalhadores contra as privatizações, desemprego e destruição dos serviços públicos.

Por isso, a resposta dos educadores a essa brutal repressão significa a resistência contra a implantação do neoliberalismo. Essa resposta só pode ser a ampliação da luta. Desta forma, é fundamental a unidade grevista e o chamado a todos sindicatos e Centrais sindicais para a mobilização geral dos trabalhadores contra a destruição da economia nacional pelas medidas neoliberais.

#### Responder ao ato terrorista de Fleury com luta

Na madrugada de sexta-feira a tropa de choque invadiu a Secretaria da Educação e expulsou a comissão de negociação que se encontrava em vigília permanente. Ao mesmo tempo armou uma verdadeira guerra contra os professores que estavam também em vigília na frente da Secretaria.

A tropa de choque, com as bombas e cacetetes, investiu contra os grevistas. O resultado foi a prisão de 7 professores e ferimentos, espancamentos em vários. Essa ação de Fleury, na calada da noite, tinha como objetivo quebrar os métodos mais radicalizados da classe. Ou seja, impedir que se ocupasse a Secretaria da Educação e barrar a ida ao Palácio.

A resposta a mais esse ato terrorista tem que ser a ampliação da luta. Os educadores não poderão se acovardar e, por isso, a unidade grevista é essencial para



aumentar ainda mais as manifestações de rua. Somente a ação de massa poderá derrotar o governo fascista do PMDB.

## Por que defendemos o ato em frente à Secretaria da Educação

Havia um ponto em comum no comando de greve que era a necessidade de se realizar um ato contra a repressão do governo.

Porém, duas polêmicas foram levantadas. A primeira surgiu mediante um informe da diretoria de que além de procurar todos os sindicatos e a CUT, se buscou o apoio da Fiesp.

Essa conduta da direção de atrair a Fiesp (Central dos empresários) não é novidade, já fez isso durante o primeiro semestre com a Campanha da Educação no centro das atenções, com o objetivo claro de evitar a greve. Essa experiência só trouxe derrotas: o aumento do arrocho salarial e sucateamento ainda maior da escola pública. Isso não poderia ser diferente, pois os donos do capital não tem interesse na defesa

consequente do ensino público. Sabemos que para defendê-lo é preciso se colocar pela estatização de toda rede de ensino. Portanto, se colocar contra a mercantilização. Por outro lado, como buscar apoio no setor que implementa a política privatista nos serviços públicos, que mantem o salário mínimo de fome e implementa a política neoliberal, ou seja, destruição de forças produtivas.

Os professores deverão se colocar radicalmente contra esses acordos com os organismos patronais e levantar a bandeira de unidade com os trabalhadores e seus organismos de classe.

A segunda polêmica se deu em função do local do ato contra a repressão. O POR defendeu a Praça da República (em frente à Secretaria da Educação) porque foi aí que a tropa de choque reprimiu os professores. A volta à Praça com milhares de trabalhadores, sindicatos, associações, etc significava avançar a ofensiva grevista contra o governo peemedebista. Porém, a diretoria da Apeoesp juntamente com as correntes políticas (PSTU, O Trabalho, etc) desviaram o eixo da ação para a Assembléia Legislativa. Nesse sentido, revelaram uma fragilidade, quando o problema central era ampliar a ofensiva sobre Fleury.

Educação

## Professores do RN: uma greve combativa

Como no restante do país, a educação não poderia estar melhor no Rio Grande do Norte. Os professores em greve há cerca de 30 dias expõem toda a decadência do ensino primário e secundário e a impotência do governo burguês em solucionar a crise da educação.

A base do sucateamento do sistema escolar está na superexploração do trabalho e no salário aviltante, de fome mesmo.

Na passeata massiva do dia 9 ao Palácio do Governo, os manifestantes mostraram os horrores com vencimentos de 2 mil a 6 mil cruzeiros reais, para jornada de 40 horas, com salas lotadas.

A proposta do governador Jose Agripino (PFL) de 190,80% não cobre o mínimo das perdas de 800%. Por isso a passeata gritava em coro o que significa 190,80% sobre 2 mil, abaixo do salário mínimo de fome de 9 mil.

Um governo que submete 27 mil trabalhadores da educação de 1203 escolas a tal miserabilidade só pode conduzir o ensino para o precipício. A resistência em atender a simples reposição de perdas, com o argumento de que o estado não tem recursos, como argumentou o secretário do Gabinete Civil, Leônidas Ferreira, é o mesmo de todos os governos, a exemplo de Fleury em São Paulo. Entretanto, os professores sabem e denunciaram na grande manifestação a manipulação do orçamento para fins de demagogia eleitoral e corrupção. José Agripino joga inclusive com a ameaça do governo não conseguir pagar em dia os salários, caso dê um reajuste de 190%. Esta odiosa

chantagem, no entanto, não tem desmotivado os grevistas, que sabem que a defesa da escola pública para pela defesa de sua própria sobrevivência.

O governo do PFL joga com outra arma para quebrar a greve: o tempo. Os grevistas fizeram acampamento pacífico em frente ao Palácio e realizaram a grande passeata do dia 9, que bloqueou totalmente a larga Avenida Rio Branco. Mas o governo não considera suficientemente radical os métodos de luta para modificar sua posição de intransigência. Espera, então, que se esgotem todas as formas pacíficas para esmorecer o movimento, a começar pelo interior. Ao mesmo tempo, conta com a pressão de um setor do alunado, que já tentou fazer uma passeata fracassada no dia 10.

Vemos que o governo abusa da generosidade dos grevistas para derrotá-los pelo cansaço e a falta de pagamento. Sem que a greve assuma novos métodos, como ocupações diretas, bloqueios, queima das sucatas da escola pública e se transforme numa aberta luta política contra o governo do PFL, não poderá vencer a resistência de José Agripino. A própria direção sindical já deu mostras de fraqueza e na sua vacilação tende a sabotar por baixo o movimento, como evidenciou na assembléia do dia 10, alguns discursos preparativos da volta. A vanguarda mais avançada deve atuar em sentido contrário, defendendo o potencial de luta e politizando o movimento grevista.



## Diretas pra Reitor não mobilizaram a USP

Realizou-se nos últimos dias 15 e 16 o processo de consulta à comunidade sobre a indicação do futuro reitor da maior universidade do país. Cerca de 2 mil votos foi o total recolhido em urna pelos CAs e pelo DCE, dos quais 90% eram alunos. A Adusp, sindicato dos professores, retirou-se do processo (nunca entrou de verdade) através de uma assembléia "representativa" com 25 pessoas. O Sintusp bradou que apoiava as diretas e que eram fundamentais, etc. Não moveu uma palha para sua efetivação. Assim os alunos tocaram o processo sozinhos.

O resultado foi uma expressiva votação nula, o dobro dos votos do professor melhor colocado. O voto nulo foi defendido por alguns CAs, sobre a base do protesto contra o processo de escolha atual, defendido por todos os candidatos. Orientou-se votação em bandeiras do movimento: diretas, assembléia universitária para mudar o estatuto burocrático, contra a privatização da USP, por ensino público e gratuito. Uma vanguarda estudantil aprovou a idéia e se manifestou. Pouquíssimos funcionários e professores votaram.

### Por que poucos votaram?

Muitos reclamavam que não havia candidato para votar. Os pretendentes não apresentavam nenhuma diferença programática entre si e representavam a continuidade da estrutura e da burocracia atual da USP. Os candidatos do chamado "campo democrático" limitaram-se ao discurso demagógico. Os petistas choraram a ausência de Marilena Chauí, que gosta muito de falar e escrever sobre democracia, mas se for preciso se confrontar com a burocracia ela também opta pelas verbas, bolsas, etc. Diante da covardia docente era preciso lançar um candidato funcionário ou aluno. Isso porque seria possível expressar através dele a luta contra a atual estrutura universitária, contrapor-se ao domínio dos professores mais qualificados e ligados à cúpula universitária. A maioria dos Centros Acadêmicos colocou-se contra, com argumentos muito parecidos aos utilizados pelos candidatos para combater as eleições diretas. O resultado foi que poucos queriam votar só em diretas.

Aí está a razão fundamental: era preciso ligar a luta por diretas às reivindicações mais sentidas pela comunidade. Ou seja, o processo de escolha dos candidatos só tem sentido se for colocada na perspectiva da luta pela autonomia universitária (independência da universidade do governo, que deve sustentá-la economicamente), contraposta ao controle do governo estadual. Quer dizer que era necessário ligar a reivindicação da escolha do reitor pela comunidade à luta pelo ensino público e gratuito para todos, contra a privatização, por mais verbas, administração tripartite e revogabilidade do mandato através da soberania das assembléias universitárias, etc. Senão, fica apenas a formalidade de votar

entre aqueles que farão exatamente o que o governo determinar.

### Direção do DCE também teve responsabilidade

Dois dias depois do Conselho de Centros Acadêmicos ter deliberado que a campanha por diretas continuaria mesmo sem a Adusp, a direção do DCE votou uma "interpretação" dessa decisão: que o DCE deveria continuar com as diretas apenas com os alunos, que chamar as outras categorias a votarem seria ingerência sobre as entidades. Além da decisão equivocada de votar uma interpretação polêmica sobre a deliberação de uma instância que lhe é superior (deveria convocar novo CCA se a dúvida existisse realmente), assumiu uma posição corporativista que vai justamente no sentido contrário ao das diretas. A escolha pela comunidade tem sentido se é feita pelo conjunto de professores, alunos e funcionários, para deliberação soberana e que se imponha ao governo e à burocracia universitária, senão vira pesquisa de opinião. Para isso, o centro da luta política pela autonomia e gestão real tripartite da universidade está na instalação da assembléia universitária soberana, à qual se subordinaria a administração eleita. Sem esta condição, as diretas são uma fraude liberal.

Professores e funcionários, além de terem suas entidades burocratizadas e paralisadas, tiveram que enfrentar o corporativismo dos petistas, e quem quis votar teve que votar em separado, em envelopes coletivos, uma palhaçada.

### Construir nova direção

O movimento estudantil precisa se reorganizar sobre a base de um programa que aponte a luta contra a ação dos governos burgueses destruidora do ensino. Isso implica em construir novas direções, que não se deixem levar pela política reformista do PT ou dos estalinistas, mas apontem para a luta anticapitalista. A defesa das reivindicações da comunidade universitária choca-se com o corporativismo e a burocracia dos sindicatos burocratizados, e vai ao encontro do programa proletário. A defesa da autonomia universitária e a luta contra a privatização depende da construção de uma corrente proletária no movimento estudantil.



## OLP capitula diante de Israel

O acordo assinado no último dia 13 entre OLP e Israel estabelece que a OLP renuncia à luta contra o Estado de Israel e aceita a reduzida faixa de Gaza como território independente para os palestinos. E reconhece o Estado de Israel, que nada mais é que um enclave do imperialismo no Oriente Médio. Não é à toa que o patrocinador do acordo foi o governo norte-americano.

Israel e os Estados Unidos têm demonstrado disposição para fazer valer pela força suas pretensões no Oriente Médio. Os sucessivos ataques americanos ao Iraque e a ocupação militar israelense do sul do Líbano pressionaram a OLP e os outros países árabes a aceitarem um acordo cujo conteúdo é a rendição. Depois da OLP foi a Síria, maior força militar do Oriente Médio, que iniciou um processo de

acordo com Israel.

Para reforçar as pressões, o imperialismo está costurando um empréstimo para aplicação em obras na região no valor de 12 bilhões de dólares. O dinheiro estaria condicionado a investimentos em obras a serem realizadas por empreiteiras imperialistas, sufocadas com a crise recessiva em todo o mundo. Ou seja, os dólares nem vão chegar à região. E se estabelecerá uma dívida que será paga com o sangue e suor do povo palestino.

A traição da direção da OLP enfrenta resistência das massas palestinas, que não concordam com o acordo. Mas há evidências de que correntes fecharam um acordo com o grupo de Yasser Arafat e darão trégua a Israel por enquanto.

A ausência de uma direção revolucionária põe os palestinos sob a opressão israelense e americana. É preciso construí-la para acabar com a opressão nacional, que só se dará com a ação das massas, contra o imperialismo e a burguesia entreguista.

Internacional

## Privatização na Rússia: A posição dos sindicatos

O artigo de Valentin Ruzpe (investigador del Instituto de Politologia Comparada e Problemas do movimento operário) analisa o primeiro passo da privatização da economia russa que é a "bonificação" (distribuição de bônus, N.R.) do país inteiro.

### Um resumo:

A maioria dos sindicatos têm uma atitude positiva a respeito da idéia da privatização em geral, com exceção do sindicato "Defesa" que considera que terá efeitos negativos, porque levará ao crescimento do desemprego, queda da produção e decréscimo do nível de vida da maioria da população. Também a Federação de Sindicatos de controle de tráfego aéreo manifesta certa desconfiança.

Mas a opinião geral a respeito da política de privatização do atual governo é criticada: acreditam que o governo busca um tipo de "privatização de nomenklatura" (a serviço dos burocratas) que seria benéfica somente para os dirigentes administrativos, em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

A União Russa de Sindicatos Operários e também "Defesa" con-

sideram necessário opor-se ao plano governamental colhendo assinaturas e organizando greves gerais.

Mas propõem, junto a outras organizações medidas no caso de aceitação da privatização pelos sindicatos: Comitês de Controle da Privatização, exigência de 51% para os trabalhadores, etc.

As organizações mais moderadas praticamente estão cooperando com a privatização do segundo jeito (51% para os trabalhadores, etc)

O sindicato mineiro independente considera que as empresas mineiras fundamentais devem permanecer nas mãos do Estado, mas se avança a privatização exigem que exista o controle dos trabalhadores com o direito de administrar e distribuir os recursos.

A Federação de Sindicatos independentes também se opõe à privatização de nomenklatura e propõe que o processo se faça com a participação dos sindicatos e em benefício dos trabalhadores, e outras organizações de oposição têm colocado "alternativas de privatização".

Em resumo: alguns sindicatos rechaçam qualquer forma de privatização por princípio, outros, pelo contrário, sonham que pelo caminho de reformas energéticas nas es-

truturas da propriedade o país será capaz de passar rapidamente à fase do capitalismo desenvolvido de tipo ocidental, rechaçando qualquer outra variante de desenvolvimento social, incluindo as de mercado. Como Anatoly Matveyenko disse refletindo essa posição: "Se lutamos por uma economia de mercado, tem que ser um "bom mercado". De outra maneira não tem sentido mudar a "era de estancamento" do socialismo de Breshnev por uma vida de fome nas exóticas condições do capitalismo como o de países como Bolívia ou Bangladesh".

Tudo isso contém uma séria ameaça potencial para a estabilidade da situação social russa. Analisando as posições dos sindicatos podemos concluir que não estão suficientemente preparados para enfrentar a privatização, e não é só porque não possuem um programa político definido. Tudo isso leva à conclusão de que a privatização que atualmente tem lugar será uma severa prova para o movimento sindical russo, talvez inclusive o começo de seu fim.

Extraído do "Russian Labour Review", nº 1, Moscou, 1993, e transcrito do jornal Massas, do POR

